

1
Campinas e a revisão constitucional

Mesa 5

09/08/93

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: POLITICAS SOCIAIS

Educação; menores; idosos; cultura; esportes; lazer; turismo;
defesa do consumidor; saúde.

Palestrante:

Olívio Dutra

Senador Mário Covas

Olívio Dutra

Estamos aqui em nome do Partido dos Trabalhadores que, com o PPS, o PC, o PC do B, o PV, e o PSB, governa Porto Alegre de 1989 até agora. Estamos novamente governando a cidade, uma vez que a nossa proposta foi reeleita na eleição passada. Portanto, estamos dando continuidade e aperfeiçoamento àquela experiência.

Quero transmitir a todos vocês um pouco dessa experiência, buscando tocar as questões propostas no tema de hoje: administração municipal e políticas sociais. Nossa experiência ainda é curta no tempo. Mas, com um caráter provocativo, novo, rico de desafios, mostrou-se rica no conteúdo das novas relações estabelecidas na cidade. Trata-se assim de uma experiência em processo, não concluída. Também não fomos o sal da terra, nem inovamos ou inventamos a pólvora ou a roda. Experiências semelhantes foram efetivadas por outras forças políticas. Mas nosso partido político, com seus aliados, desenvolveu experiências similares em outras cidades de outro porte, com outras culturas e estruturas. O fundamental na execução de políticas sociais é a intervenção consciente, constante e crescente da população na sua definição e na definição das prioridades de ação do governo, inclusive na correção das prioridades adremente definidas pelos partidos que estão no governo e que precisam, no contato direto e transparente com a população, aperfeiçoar suas diretrizes.

As expectativas sociais quanto à experiência política

Ao chegarmos à prefeitura despertamos expectativas enormes. Na história política da cidade os nossos partidos ainda não a tinham governado nesse tipo de composição. Despertamos, portanto, uma enorme expectativa do ponto de vista dos setores populares e também dos setores mais abonados, ou melhor, servidos no seu espaço político, administrativo, cultural e econômico. São duas expectativas que geraram sobre o governo municipal os mais diversos e tensos desafios que nos exigiram firmeza e paciência. Mas, naturalmente, exigiram a abertura para convivermos com tais desafios de modo a canalizar essas expectativas para uma ação conseqüente do Executivo.

Como definir uma política educacional senão discutindo o papel da escola e o conteúdo didático-pedagógico da educação cidadã? Não podemos fazer isso na base da discussão. Temos que aplicar recursos do município e outros que se pode aportar, do governo federal ou do governo estadual. Este problema aponta para uma questão fundamental: como está sendo apropriada a renda da cidade? Qual é o papel do poder público na definição da apropriação dessa renda e no direcionamento dos investimentos? Baseado em quê? Qual discussão? Qual participação e com que critérios? É uma questão que tem que ser desdobrada, debulhada, na comunidade.

Ora, também significa trabalhar o que a cultura partidária e a cultura política do movimento popular ou comunitário pensam a respeito. Um prefeito é eleito para executar e não tem de ir discutir coisas com a comunidade, dando-lhe a idéia de que está transferindo responsabilidades. Ora, é preciso remexer essa cultura tradicional de que o eleito deve executar uma política

sem precisar de mais nenhum outro tipo de relação. Essa questão é crucial na democracia e no despertar da cidadania.

O processo do orçamento participativo

Uma questão importante para a vida das pessoas na cidade é o seu orçamento. Para definir políticas sociais ou outras políticas públicas temos que considerar os recursos de que dispomos, a maneira como se estrutura a peça orçamentária para que esta não seja uma peça de ficção e considerar também como se a constrói com participação que possibilite uma efetiva fiscalização sobre a execução, não só de dentro da máquina mas da sociedade. Então, o mote desse despertar da cidadania foi a discussão do orçamento.

É claro que no primeiro ano essa questão foi muito difícil, na medida em que o orçamento foi herdado da administração anterior. Ele tem de ser executado e aperfeiçoado na relação entre o Executivo e Legislativo, mas é preciso ir construindo o orçamento para o ano seguinte. Era indispensável uma discussão para a qual a cidade ou a comunidade não tinha a cultura nem a experiência como parte do seu cotidiano. É bastante difundida a idéia de que a receita é uma parte do orçamento a ser discutida com os setores mais bem servidos ou de melhor renda na cidade, que a despesa é a parte a ser debatida com o restante da população. É preciso assim desconstituir esta dicotomia, pois o orçamento deve ser discutido abertamente com o conjunto da população sob pena de termos a receita discutida por quem quer contribuir menos. Na verdade, os setores mais abonados gostariam de ter incentivos, redução de alíquotas, maiores prazos para os seus débitos, enfim, benefícios fiscais que significam reduzir a

receita. Ora, a população que carece de tudo ou quase tudo precisa de recursos volumosos para ter acesso ao básico, ao essencial. Então, é fundamental discutir receita e despesa com o conjunto da população, com todos os setores sociais da cidade.

As plenárias das regiões

Esse foi o processo do orçamento participativo. Para efeito de sua discussão, a cidade foi dividida em dezesseis regiões. Em cada uma delas plenárias abertas, no início espontâneas, foram se aperfeiçoando na medida em que as relações com o movimento social também foram se aperfeiçoando. Na medida em que se foi constituindo um respeito, uma transparência, uma franqueza mútua entre o poder público, o movimento social e os diferentes sujeitos sociais na cidade, constituiu-se também uma relação de confiança e respeito na divergência.

Este processo não foi rápido. Para ser uma coisa madura e consistente, demandou um certo tempo, não sem conflitos sem disputas. O governo e os partidos que estão no governo têm de ir até a sociedade com propostas. Naturalmente o poder público tem de estar disposto a revê-las, aperfeiçoá-las, mas em várias situações ele tem de disputar uma visão de qual é a cidade que queremos e podemos construir com base no que temos; de que forma, com que ritmos. Trata-se da visão de quem tem a responsabilidade de governar, a qual no entanto não é um prato feito. Ao contrário, poderá ser reelaborada neste processo de imantação, estimulação, fermentação e provocação da cidadania.

De outro lado, era preciso que as plenárias das 16 regiões não fossem mera encenação, uma coisa passageira, ou ainda apenas

a aparência de consulta democrática, de intervenção da comunidade e do cidadão. Enfim, sem possibilitar que o cidadão efetivamente controlasse o poder público, a execução do seu programa, a fiscalização da sua ação.

Também não se pode querer passar por cima da organização popular já existente. Em cada uma das 16 regiões, havia múltiplas organizações populares: clubes de mães, comunidades religiosas, sindicatos, associações empresariais. Enfim, centenas de organizações dotadas de sua própria história, sua cultura, suas relações internas, de relações com o poder público. Não se deve inventar outra forma do povo se organizar. Deve-se estimular, dentro dessas entidades do movimento popular, um pensar global e coletivo sobre a cidade. É fundamental que se encontrem respostas concretas para a realidade de uma comunidade: a escola pública, a creche, a política de idosos, a política cultural descentralizada com os equipamentos à disposição da cidade. Este processo tem o sentido de colocar para a comunidade que sua participação não será um faz-de-conta. A comunidade vai estar se apropriando efetivamente de dados de modo a ter uma intervenção adequada na definição das políticas, das prioridades e de como o governo deve agir na sua execução.

Nessas reuniões, num primeiro momento, avalia-se a ação anterior: porque foi feito assim, porque não foi feito de outro modo, a qualidade do que foi feito. Num segundo momento, definem-se as prioridades das 16 microrregiões sabendo que não é pelo fato de serem levantadas que serão executadas. Elas serão imbricadas com as demandas de outras regiões, numa instância definida pela própria comunidade dessas 16 regiões de forma a conjugar as demandas, globalizando-as.

O Conselho e o Fórum do orçamento participativo

Então, do interior deste movimento foram se constituindo o Conselho e o Fórum do orçamento participativo. O Conselho é formado por 32 pessoas (2 pessoas de cada uma das 16 regiões) eleitas diretamente nas plenárias, entendendo-se que as plenárias não são dos militantes dos partidos que estão no governo, nem dos cabos eleitorais de quem quer que seja. São plenárias abertas em que todas as entidades existentes na região ajudam a convocar a reunião e participam dela. Por sua vez, as entidades na região podem realizar a sua própria assembléia, preparando-se para levar sua posição à plenária e a ajudar na definição das prioridades da região. O conselho então vai trabalhar, se necessário todos os dias no fim da tarde já que seus membros trabalham, não são empregados do governo, não têm remuneração para fazer o que fazem. São cidadãos representantes diretos da comunidade junto ao governo, a partir das demandas já levantadas, formulando as propostas orçamentárias.

O Fórum do orçamento participativo é uma instância que se reúne mais esporadicamente, mas acompanha o trabalho do Conselho e do governo na construção da proposta orçamentária, podendo convocar novas plenárias. Os prazos são discutidos anteriormente. Uma agenda define datas e horários. Tudo deve ser ampla e previamente conhecido para que não se perca num processo interminável que não produz por falta de prazos e de definições.

É claro que este processo interfere no bom, franco, aberto e indispensável relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. A Câmara Municipal é um poder que governa a cidade e é uma conquista democrática. A relação entre Executivo e Legislativo deve ser permanentemente qualificada. Não se pode, ao longo do processo do orçamento participativo, possibilitar a leitura de

que ele é uma substituição do Legislativo municipal, pois este é o poder maior que transforma a proposta de orçamento discutida com a população em lei que será executada. No processo de construção desse orçamento, a cidadania vai também se apercebendo da importância dos poderes e da relação qualificada entre eles. Isto ajuda na definição de políticas, possibilita uma fiscalização muito maior da execução do projeto e um aperfeiçoamento das relações entre os poderes. É importante que vigore uma relação rica entre a democracia representativa e a democracia participativa. Aperfeiçoando-se a democracia participativa contribui-se para o aperfeiçoamento da democracia representativa. No interior desta relação, não mais existindo a prática da busca de favores junto aos governantes, o cidadão sente-se sujeito da política no cotidiano da cidade, indispensável para trabalhar a coisa pública, transformar a sua cidade. Enfim, projetar a cidade que quer para si e para o futuro.

A Superação dos Limites: lazer, cultura, saúde e meio ambiente

Nisso tudo, nossos limites foram sendo superados. Uma visão de poucas pessoas sobre a cidade pode ter a melhor das intenções, mas ela poderá ser eficaz ou não. Por ser imposta, ou por ser vertical, poderá não criar nada de novo, limitando-se a produzir alguma obra material. Daí a idéia de que é preciso construir materialmente a cidade construindo a cidadania. Penso que esta foi a base para que as políticas de educação pudessem ser levadas a bom termo, com a escola não mais sendo uma coisa caída de pára-quedas na comunidade, quanto à estrutura material e ao conteúdo didático-pedagógico.

Do mesmo modo, a questão dos menores, da infância e da adolescência, sendo discutida num processo de participação da comunidade. Primeiro, na constituição dos Conselhos da Infância e da Adolescência, coisa que nós já fizemos com grande antecedência. Porto alegre foi a primeira capital a eleger diretamente os conselhos tutelares, a levar para a discussão comunitária a questão gravíssima dos menores e a atender as situações de emergência. Com casa de máquinas para profissionalização, educadores de rua, identificação dos setores passíveis de estabelecer vínculos de emprego para as famílias dos menores, de modo que as crianças pudessem não perder a escola. E sabemos o quanto é importante o tipo de escola que melhor acolha o menor em tal ou qual grau de abandono.

As manifestações culturais as mais diversas devem ser respeitadas e a cultura, *deselitizada* (se é que existe a palavra), fazendo com que os equipamentos de cultura do município estejam abertos ao conjunto da população de forma descentralizada, em diferentes pontos da cidade. Ora, o lazer está muito ligado à questão dos espaços como praças, logradouros, jardins e parques, sendo fundamental que os espaços sejam efetivamente públicos. Não apenas estatais ou do poder público, mas espaços apropriados, definidos, construídos e preservados pela cidadania.

A municipalização deve garantir recursos em volumes adequados, para que a prestação de serviços de saúde se qualifique e não decresça. Comparada com a do Estado e a da União, é a prestação de serviços de saúde pelo município a melhor. Se o município a assume, tendo de andar de pires na mão pedindo recursos ao governo federal e ao governo estadual, o atendimento da saúde vai ter uma queda ao invés de melhorar. Daí o propósito de municipalização com recursos próprios; que o município tenha autonomia e capacidade de trabalhá-los com

gerenciamento único para que o cidadão não seja jogado de um atendimento federal para o estadual e do estadual para o municipal, ou vice-versa. É preciso ter, na área do município, um gerenciamento único acordado, trabalhado. Nós propusemos uma municipalização distrital paulatina, junto com a comunidade. É um processo em andamento, aberto, não concluído, com desafios enormes. Há também a ação concreta do poder público na questão das unidades sanitárias. A política de saúde não é gerada apenas na Secretaria de Saúde. Envolve também saneamento o básico, a cultura, a educação e uma série de outras coisas. Daí ser necessário agir conjugadamente para enfrentar esses problemas.

Em Porto Alegre, o meio ambiente é um problema seríssimo que envolve a moradia, a recuperação e preservação de espaços, a ocupação em áreas de risco (encostas de morros, leitos de rio, beiradas de estradas de tráfego intenso). O meio ambiente envolve uma discussão com a comunidade, o movimento dos sem-teto. Na verdade, há uma série de questões concretamente vividas pelos cidadãos que exigem a ação direta da autoridade local; mas há também uma enormidade de outras que, mesmo considerando a ação direta do poder público a fiscalização da cidadania, não se resolvem no espaço do município. A cidade tem de ser uma usina de organização do mundo e da vida, o que significa que a ela deve influir nas outras instâncias de poder para que se possa obter o estancamento do êxodo rural. E isso não ocorrerá sem a reforma agrária, a política agrícola e uma nova política industrial.

Todas essas coisas têm de ser discutidas com o cidadão no processo do orçamento participativo. Apropriando-se de uma série de elementos, o cidadão apresentará reivindicações com muito mais sustentação, com um maior controle sobre quem governa e uma participação mais séria na definição de políticas.

Essas são as linhas gerais de uma experiência que está em desenvolvimento em Porto Alegre, a qual incorpora experiências também havidas em outras ocasiões na história das lutas sociais e em governos do campo popular e democrático.

Mário Covas

Meu prezado prefeito, amigo, correligionário - como dizia uma pessoa muito amiga minha -, quase parente, Magalhães Teixeira, que nos honra como anfitrião nessa noite; meu prezado companheiro Olívio Dutra: quero declarar que fui companheiro do Olívio no Congresso Nacional aprendi a respeitá-lo no desenvolvimento das suas lutas pessoais e políticas e o acompanhei com interesse e satisfação em Porto Alegre. Trata-se de um administrador que hoje está testado até mesmo eleitoralmente. Elegeu seu sucessor e portanto recebeu do povo de Porto Alegre um aval incontestável com relação à sua conduta como prefeito.

O tema é administração municipal, políticas sociais: educação, menores, idosos, cultura, esportes, lazer, turismo, defesa do consumidor e saúde. A rigor, esgotaríamos o tempo tratando de apenas um desses temas, sobretudo se quiséssemos enfocá-lo sob o ângulo da sua inserção na revisão constitucional. Eu vou fazer rapidamente uma avaliação do que imagino vá ser a revisão constitucional e daquilo que, do ponto de vista do lado progressista da sociedade, deve conduzir a discussão da revisão. Na medida em que se colocarem, esses problemas serão transferidos para a área municipal. Finalmente, caso alguém tenha interesse em algum aspecto da administração enquanto estivemos na prefeitura

Essas são as linhas gerais de uma experiência que está em desenvolvimento em Porto Alegre, a qual incorpora experiências também havidas em outras ocasiões na história das lutas sociais e em governos do campo popular e democrático.

Mário Covas

Meu prezado prefeito, amigo, correligionário - como dizia uma pessoa muito amiga minha -, quase parente, Magalhães Teixeira, que nos honra como anfitrião nessa noite; meu prezado companheiro Olívio Dutra: quero declarar que fui companheiro do Olívio no Congresso Nacional aprendi a respeitá-lo no desenvolvimento das suas lutas pessoais e políticas e o acompanhei com interesse e satisfação em Porto Alegre. Trata-se de um administrador que hoje está testado até mesmo eleitoralmente. Elegeu seu sucessor e portanto recebeu do povo de Porto Alegre um aval incontestável com relação à sua conduta como prefeito.

O tema é administração municipal, políticas sociais: educação, menores, idosos, cultura, esportes, lazer, turismo, defesa do consumidor e saúde. A rigor, esgotaríamos o tempo tratando de apenas um desses temas, sobretudo se quiséssemos enfocá-lo sob o ângulo da sua inserção na revisão constitucional. Eu vou fazer rapidamente uma avaliação do que imagino vá ser a revisão constitucional e daquilo que, do ponto de vista do lado progressista da sociedade, deve conduzir a discussão da revisão. Na medida em que se colocarem, esses problemas serão transferidos para a área municipal. Finalmente, caso alguém tenha interesse em algum aspecto da administração enquanto estivemos na prefeitura

de São Paulo, na fase de discussão poderemos aprofundar tais questões.

A época da revisão constitucional

Gostaria de comentar algumas preliminares sobre o tema de hoje, em relação à revisão constitucional. A primeira preliminar é aquela de se dizer se o instante adequado de se fazer a revisão é ~~eu não~~ agora a partir de 05 de outubro de 1993. Há quem sugira que não seja agora por ver inconveniências no cenário político atual. Isso é um dado. A data pode ser mudada? Sem dúvida. O artigo 2º do Ato das Disposições Transitórias foi mudado. Em relação a isso ~~entrou-se com~~ mandado de segurança que não prosperou. Portanto, a data pode ser modificada, tal qual foi modificada a data do plebiscito, que originariamente era 07 de setembro 1993. Todavia, há quem defenda que ela não deve ser feita agora porque o teor do dispositivo conduziria à idéia de que ela pode ser feita em qualquer época após 06 de outubro de 1993. A Constituição diz no seu artigo 3º das Disposições Transitórias que a revisão constitucional será realizada após 5 anos contados da promulgação da Constituição.

Lembro-me que, à época em que a Constituição foi feita, houve muita reclamação de certos setores da imprensa, os quais diziam que uma Constituinte que se prezasse, não deveria fixar uma data na qual seria revista. Estes setores desconheciam completamente o fato de que uma tarefa humana é carregada de erros e não havia mal nenhum (pelo contrário, tratava-se de um conteúdo de humildade nascido da grandeza) em se considerar um espaço de tempo para ver se as coisas se consolidariam na direção

que se esperava. Mas a expressão após 5 anos poderia ser entendida como *qualquer época após cinco anos*. E eu tenho para mim que isso não é verdadeiro, sobretudo indo à origem da elaboração constitucional. Eu fui uma testemunha muito próxima desses acontecimentos.

Este Dispositivo específico nasceu da fusão de duas emendas, uma elaborada pelo senador Ronan Tito, outra pelo deputado Joaquim Bevillacqua, ambas inspiradas na Constituição portuguesa.¹

Este Dispositivo não tinha originalmente a redação presente na Constituição. A redação original aprovada em plenário era a seguinte: "a revisão constitucional será realizada daqui a 5 anos". E eu creio que não haja filólogo que, ao ler essa expressão, não admita que *daqui a* é uma data pré-fixada e definida: a data de 06 de outubro de 1993 quando a Constituição completa cinco anos. Quando o relator da Constituinte deu parecer em plenário, ele fez referência ao fato de que *daqui a* é uma expressão que não é boa do ponto de vista vernacular. Então poder-se-ia substituí-la pela expressão *após*. De forma que *após* substituiu *daqui a*; para mim *após* quer dizer *daqui a*. Portanto, o dia 06 de outubro.

Nós podemos, volto a insistir, se assim entendermos, mudar essa data. Já o tentamos anteriormente. Quando se aprovou a emenda do plebiscito, havia junto com ela uma emenda que mudava a data da revisão. Todavia, ela não prosperou, não ganhou, e, portanto, não valeu.

¹Ex-deputado federal pelo MDB e PMDB, Ronan Tito C. de Almeida elegeu-se senador pelo último partido como representante de Minas Gerais. Joaquim Vicente Ferreira Bevillacqua foi vereador e prefeito de São José dos Campos e deputado federal pelo PMDB. Elegeu-se à Constituinte pelo PTB-SP. Leôncio Martins Rodrigues, **Quem é quem na Constituinte**, São Paulo: OESP-Maltese, 1987, pgs. 302 e 269. (Nota do editor).

A legitimidade do Congresso e o tamanho da revisão

A afirmativa de que o Congresso atual não tem todas as prerrogativas ou de não tem o modelo de que eu gostaria que tivesse não é argumento bom nem definitivo, até porque nada pode garantir que um futuro Congresso será melhor. A verdade é que a data marcada é essa e, a menos que haja uma modificação, deve prevalecer como está.

A segunda preliminar é o tamanho que se deve dar à revisão. A Constituição prevê como é que ela pode ser mudada: para adotar-se uma emenda, tem que ser apresentada por um certo número de pessoas e, por outro lado, será aprovada em dois turnos consecutivos na Câmara por três quintos de seus membros, por dois turnos consecutivos no Senado, por três quintos de seus membros. Já houve aprovação de três. Mas, nós não vamos emendar, vamos fazer uma revisão da Constituição.

Esta revisão não deve ser uma coisa muito diferente da revisão de um automóvel. Quando eu faço uma revisão de automóvel, não me restrinjo a examinar o pneu. Revisão pressupõe que se reveja o que não está funcionando, o que deve ser revisto. Mas eu não posso pegar um automóvel marca Fiat, mediante a revisão, transformá-lo num Opala. De forma que a revisão uma coisa restrita ao seu conteúdo ideológico, ao seu modo de ser. Eu não posso transformar a Constituição de grande participação, cujo conteúdo tem uma alta conotação social, numa Constituição neo-liberal ou numa Constituição socialista através da revisão.

Que limites há para a revisão? Aqui aparece novamente a discussão do artigo 2º d das Disposições Transitórias que fala

plebiscito, e do artigo 3º que trata da revisão. Vou contar-lhes a história vínculo de uma coisa à outra. O deputado Cunha Bueno² achou que devia cobrar da nação um compromisso que a República estabeleceu em 1889, jamais cumprido, de realizar plebiscito sobre a permanência da República ou ao primeiro ato que dentro de um ano haveria um plebiscito para a volta do Império. Pouco mais de um ano depois, 103 na realidade, o deputado Cunha Bueno achou que estava na hora de cobrar este plebiscito que nunca tinha sido feito. E apresentou uma emenda no sentido de chamar o povo a decidir, através do plebiscito, pela república ou monarquia.

Os constituintes que defendiam a adoção do parlamentarismo foram vitoriosos em todas as etapas da elaboração da Constituição. Como vocês lembram, todos os constituintes foram divididos em 24 comissões que depois, somadas 3 a 3 constituíram, 8 comissões temáticas. O trabalho realizado por cada uma delas foi encaminhado para uma Comissão de Sistematização, cujo resultado entrou em plenário para ser votado no primeiro e no segundo turno. O parlamentarismo foi vitorioso em todas as etapas, mas morreu na praia, morreu no plenário em decorrência de fatores que não eram somente a opinião dos constituintes. Havia candidaturas já colocadas para uma eleição presidencial direta que não ocorria há trinta anos. Havia um presidente que queria ficar 5 anos, mas que não podia defender somente esse mandato já que ele tinha compromissos com os 4 anos. Assim, o presidente Sarney lutou pelo presidencialismo em 5 anos.

Ao final do processo de votação quando viram o parlamentarismo derrotado, seus proponentes sentiram que deveriam devolver ao povo a tarefa de escolher definitivamente entre

² Monarquista, filho de um expoente do antigo PSD paulista, Antonio Henrique Bittencourt da Cunha foi deputado estadual e federal pela Arena antes de ser eleito à Constituinte pelo PDS-

presidencialismo e parlamentarismo. Para dar ao povo esta oportunidade, não havia outra alternativa a não ser embarcar de carona, através de um artifício regimental, na tal emenda que visava resgatar compromissos de 103 anos atrás. Assim, através de uma emenda da qual participou o senador José Richa³, realizou-se uma fusão com a emenda monarquista de modo que o plebiscito dispusesse não apenas sobre monarquia e república, mas também sobre parlamentarismo e presidencialismo.

A Emenda ligada à revisão foi apresentada por um senador e por um deputado⁴ que não estavam metidos com a discussão de parlamentarismo e presidencialismo. Poder-se-ia ter aprovado as duas, como se aprovou, apenas a da revisão, apenas a do plebiscito ou nenhuma das duas. Elas só têm em comum um fato: foram votadas no mesmo dia, mas não têm nenhuma confusão quanto à sua origem. De forma que, no meu entender - e o meu entender não nasce de nenhum conhecimento jurídico, nasce apenas de ter sido testemunha histórica desses acontecimentos - é de que a revisão não tem nada a ver com o plebiscito. O tamanho, a amplitude da revisão está limitada pelas cláusulas pétreas, isto é, os pontos que a própria Constituição fixou que não poderão ser mudados, e pelo sentido, pela alma da própria Constituição. Não se poderá elaborar uma Constituição diferente da que será revista: a revisão poderá legitimamente tão somente rever, aperfeiçoar, cortar e somar certos aspectos da Carta de 1988.

SP. Leôncio Martins Rodrigues, **obra citada**, p. 294. Nota do Editor)

³ Ex-deputado federal pelo PDC e pelo PMDB, José Richa foi prefeito de Londrina, senador e governador do Paraná. Foi eleito senador ao Congresso Constituinte pelo PMDB-PR. Leôncio Martins Rodrigues, **obra citada**, pgs. 332 e 333. Nota do Editor)

⁴ Ao expositor: indicar os nomes destes constituintes.

Uma agenda progressista

No mundo hoje, a discussão de natureza ideológica restringiu-se acentuadamente. A velha idéia da luta entre capitalismo e socialismo, projetada inclusive no campo político, acabou sendo substituída por outros conceitos. Hoje o fundamental é a luta entre social-democracia e neo-liberalismo. O centro da posição neo-liberal é a existência de uma figura que se sobrepõe a todos nós. Trata-se do mercado que seria capaz de resolver todos os problemas. É como se se dissesse: "se eu deixar por conta do mercado, o emprego aparece, o salário aumenta, a comida vem, a escola existe. O mercado é o grande estimulante à existência das coisas".

A social-democracia não pensa assim. Aceita as regras da economia de mercado, mas entende que o mercado só não cometerá injustiças se tiver que enfrentar o Estado capaz de se opor às injustiças que tradicionalmente ocorrem de modo a promover um equilíbrio nas diferenças que o processo social cria. Embora não seja tão estreita como se diz, a área progressista apresenta uma dificuldade: os progressistas nem sempre preferem brigar com os atrasados, eles muitas vezes gostam de brigar entre si. As vezes fazem esta briga até maior do que o conflito com os adversários. As vezes esta confusão atrasa o processo político, mas ela não é de responsabilidade exclusiva de alguém individualmente, mas sim de todos nós coletivamente, de todos nós que nos apresentamos como progressistas. Quem sabe se não deveríamos definir uma pequena agenda. Uma série de princípios que ordenasse a revisão. Creio que o mesmo vale para a administração estadual, e para a administração municipal.

A construção da Nação

O que seria uma agenda progressista? Eu lhe definiria 4 objetivos necessários. O primeiro é construir uma nação com um desenvolvimento sustentável. O que é um desenvolvimento sustentável? É o mecanismo pelo qual seja possível construir um desenvolvimento continuado, com efeito recorrente, capaz de aumentar a produtividade e produzir riqueza, o qual deve ser lastreado em quatro vertentes: primeira, o crescimento tem de ser necessariamente baseado no investimento produtivo (o que vale para qualquer regime, socialista ou capitalista). O investimento é fundamental para o crescimento. Segunda, o investimento e o crescimento deverão conviver com uma estabilidade macro-econômica, isto é, o controle da inflação, da balança de pagamentos e do financiamento do Estado. Terceira vertente, absolutamente indispensável: a preservação do meio ambiente. Finalmente, a quarta vertente diz que o desenvolvimento sustentável deve ser acompanhado de capacitação tecnológica e da capacitação da força-de-trabalho, coisas que se somam e são indispensáveis. Não há como pensar em desenvolvimento se não se tiver uma vertente de desenvolvimento tecnológico interno. E, por outro lado, não há como pensar desenvolvimento econômico sem o desenvolvimento social. Neste sentido, se é um dado social, a educação não deixa de ser um dado econômico na linha de sustentar o crescimento.

O segundo objetivo é a melhoria da distribuição de renda. A melhoria de distribuição de renda, que eu subdividiria em três aspectos: elevação da renda monetária, da renda real e do emprego. Isso se consegue fundamentalmente através do aumento da base salarial, mas é imperioso que se faça através de acréscimos de ganhos reais de produtividade. A elevação da renda real é

absolutamente indispensável para que se tenha uma agenda de natureza progressista. O segundo aspecto, que aponta na mesma direção da melhoria da distribuição de renda, é uma redução do custo dos bens de consumo popular. Isso se consegue de uma porção de maneiras, consegue-se inclusive com eliminação de certos tributos, ou, pelo menos, determinados artigos que estão muito ligados ao consumo popular. E, o terceiro item, pelo qual se pode melhorar a distribuição de renda, é a melhoria da quantidade e da qualidade dos serviços públicos e das transferências. Aí, nítida e claramente, o papel do poder público assume uma importância fundamental.

O terceiro objetivo é a melhoria da distribuição da riqueza. Com que métodos? Por exemplo, a reforma agrária. Quando se fala na reforma agrária o que se está fazendo é uma tentativa de distribuir riqueza. O financiamento para habitação, e particularmente habitação popular, é outro, assim como a participação nos lucros das empresas. Nessas hipóteses, o que está se fazendo não é distribuição de renda mas distribuição de riqueza.

Finalmente, o quarto objetivo para a construção da nação: o aprofundamento da democracia e da cidadania. Isto significa, em primeiro lugar, a ampliação dos mecanismos de participação popular. O grande mérito da Constituição de 1988 é exatamente esse: a convocação de uma participação muito intensa. Mas isso nasce fundamentalmente da vontade política e da filiação dos cidadãos a uma das correntes do pensamento político.

O aprofundamento da democracia e da cidadania significa também o reforço da governabilidade. Governabilidade é a necessidade ou que tem um sistema político de formular um conjunto de diretrizes e a capacidade de implementá-las. Um país cujo governo tiver sempre a maioria contra ele não terá

governabilidade, porque será impossível construir um mecanismo de sustentação para a implementação de um projeto político. O terceiro item é o aumento da transparência das ações do Estado e o quarto é o reforço da soberania nacional. O quinto é a redução da influência do poder econômico sobre o processo democrático.

O controle democrático das comunicações

Eu vou apenas fazer um parênteses. O mais pobre capítulo da Constituição é o da comunicação. E comunicação sem controle democrático é o pior instrumento contra o exercício da democracia. Democracia e informação são duas coisa que caminham juntas. Não adianta nada a Constituição dizer que o ensino de primeiro grau é obrigatório e gratuito se o cidadão não souber disso. Se ele não tiver a informação, ele não tem acesso a um direito preliminar a qualquer outro.

Não estou falando da propriedade do meio de comunicação, que pode continuar em mãos privadas. O que não pode existir é uma propriedade total do meio de comunicação e o seu uso indiscriminado em qualquer direção porque ele faz a cabeça da gente, às vezes sem que o sintamos. O mecanismo de informação é muito tênue no Brasil. O povo não erra. O povo pode não ter todas as informações. Se ele as tiver ele acerta sempre. São Paulo, cidade da qual fui prefeito, o trabalhador não pode ler jornal porque tem que decidir se paga o ônibus ou se compra jornal. As duas coisas é impossível fazer. Revista? Nem pensar. Revista ele lê quando vai ao dentista, e ainda assim vai pegar a Careta da eleição do Dutra: é disto que ele toma conhecimento quando chega no dentista. Ele assiste televisão mas não pode passar de 9 horas da noite. E a televisão normalmente discute política quando quem

a assiste são as pessoas que já têm opinião formada, que querem verificar se a sua opinião está expressa na exposição ali apresentada. O debate só é exibido num horário inacessível ao trabalhador e ele fica preso a notícias que são amanhecidas, de última hora.

Eu vi o Sr. Roberto Marinho, proprietário da TV Globo, dizer numa universidade francesa que tinha contribuído para a eleição do presidente Collor. Se tivesse dito que tinha contribuído para a campanha do Lula, estaria errado por igual. Na realidade, não pode haver um poder assim tão grande na mão que é capaz de, sem controle democrático, superpor-se à vontade da Nação.

Condicionantes estruturais

Para que tudo isso seja feito, é preciso enfrentar certos condicionantes estruturais. Nossa estrutura política é anacrônica, velha e caduca, embora nascida ontem. Nossa estrutura econômica é tremendamente conflitante e que se torna mais difícil de ser resolvida agora. Se é verdade que o mundo socialista manteve como bastião a China que fez várias concessões ao regime capitalista, não é menos verdade que o capitalismo encontra-se em profunda crise universal. Ele foi capaz de resolver o aumento da produtividade, mas não foi capaz de resolver desemprego crônico. As nações mais avançadas da Europa fazem reserva de mercado de mão-de-obra, mas reclamam quando fazemos reserva de mercado para a informática. Na Europa não entra mão-de-obra estrangeira. Enfim, temos uma estrutura social que decorre desses defeitos. 66% da população brasileira vivem em regime de miséria. E nós temos todos estes condicionantes externos que nos afetam e afetam também o resto do mundo.

Diretrizes para a revisão

A partir do que foi considerado, devemos destrinchar os seguintes elementos: governabilidade *versus* distribuição e desenvolvimento *versus* distribuição de renda. O que será melhor: acumular e acelerar o desenvolvimento ou fazer imediatamente a distribuição dos resultados? Ainda, soberania *versus* contribuição do capital externo. Nós já falamos que para desenvolver, o país precisa do investimento. Ora, se tem capacidade de poupar, buscar lá fora não é errado, é certo. Neste caso, entra em jogo o problema da soberania através do risco de eliminar o desenvolvimento tecnológico autônomo e, portanto, sacrificar uma parte do desenvolvimento. Finalmente, modernização tecnológica *versus* ampliação do nível de emprego. Isso dá em todos lugares, e no Brasil, onde há falta de emprego, deverá dar-se com muito mais razão.

A partir daí, eu definiria as seguintes diretrizes para a revisão: 1ª - medidas voltadas para a superação dos condicionantes: reforma partidária e eleitoral e reforma tributária; 2ª - orientação da ação pública: prioridade absoluta para o aumento da eficiência; preferência para as despesas sociais vinculadas à geração de capacidade produtiva (por exemplo: a educação); 3ª - política voltada para a atração no curto prazo de recursos externos; 4ª - medidas de distribuição de riqueza e de distribuição de renda; 5ª - controle do ritmo de abertura econômica e modernização tecnológica associada à política de competitividade. Embora haja uma crença generalizada na necessidade do país abrir-se para o mundo, eu ainda não encontrei industrial que não tenha falado comigo no sentido de parar um pouco esta abertura; caso contrário o parque industrial acaba.

Governo municipal: para quem deve ser feito?

O que ocorre quando alguém chega ao poder municipal? Deve-se fazer algumas perguntas e buscar as respostas e a primeira delas é a seguinte: para quem o governo vai ser feito? A resposta a essa pergunta define ideologicamente o governo. O que dirá um reacionário? Ele dirá assim: vou concentrar todos os meus esforços na região rica porque é o cartão de visita da cidade. As vezes, cinicamente, diz "o pobre já vive assim há 500 anos, por que vai mudar agora?" O conservador é capaz de dizer: "vou governar dando mais para quem precisa mais". E quando alguém contesta, ele diz: "mas eu já falei isso. Na hora em que votaram em mim, aceitaram o meu discurso, portanto, não tem mais nada que discutir." Há ainda quem pense: "eu quero governar para quem mais precisa, e vou fazer isso de forma inflexível."

Não há como pensar na cidade como um todo homogêneo onde cada cidadão, independente da sua condição, tem iguais possibilidades perante a vida. A prioridade tem de ser dada para os setores carentes, mas não se deve dizer que o resto da população tem de ser excluído.

Quando respondemos para quem governamos, temos de responder a uma segunda pergunta: com quem governamos? É preciso estabelecer quem são nossos aliados no plano político, no plano partidário e no plano da sociedade. Com que setores vamos estabelecer alianças para que a força daí decorrente torne possível a execução de um certo programa? Finalmente, se soubermos responder corretamente para quem e com quem, teremos de responder como. Olívio Dutra apresentou-nos uma série de

elementos de como governar. A minha experiência pessoal leva a coisas extraordinárias.

Eu tinha na minha sala um mapa da cidade onde estavam marcadas as ruas sob projeto de pavimentação. 4.500 foram pavimentadas naquele período. Quando, no início do governo, chegava um agrupamento comunitário e dizia (como quem se desfaz de uma responsabilidade tantas vezes rejeitada): "olha, prefeito, nós estamos querendo uma escola, uma creche, um posto de assistência médica, pavimentação de quinze ruas do bairro". E eu dizia: "Sobre creche e escola nós não vamos conversar. No meu governo vão ser feitas 135 creches nos lugares onde houver mais crianças. Se no seu bairro houver mais crianças, você não precisa pedir, caso contrário, não adianta pedir. Com a escola não se faz política. Eu posso pavimentar rua mas só dá para ser 3 das 15. Vocês me fazem o favor de decidir quais serão estas três".

Quando o povo é convocado a decidir ele sempre toma a melhor das decisões. Eu me lembro de uma senhora baixinha, nordestina, de óculos, já de alguma idade, que presidia um bairro na região sul de São Paulo. Ao final do governo todas as ruas estavam pavimentadas, menos uma: a rua em que ela morava. Existe aí um sentimento da solidariedade, muito presente nas decisões quando se convoca a responsabilidade dos cidadãos.

Creio que fui muito mais longe do que deveria ter ido e gostaria de debater algumas destas idéias com os presentes. Por enquanto, muito obrigado.

DEBATE

Renato Simões (presidente do PT, Campinas): Como o senador Mário Covas nos brindou com uma apaixonada defesa das posições do seu partido sobre a oportunidade da revisão a partir de 6 de outubro, seria possível apresentar outra visão do campo progressista, PT, PC do B, OAB, CNBB e CUT, por exemplo"?

Rubens Mandeta: Em que aspectos a Revisão poderia facilitar a administração pública municipal? Qual é a sua posição sobre a estabilidade do funcionalismo?

Dr. Olívio Dutra: O senador Mário Covas colocou bem a necessidade da construção da cidadania, ou do controle do cidadão sobre o Estado, e isso passa sem dúvida por uma revisão constitucional. A Constituição de 1988 não é perfeita, mas é bem verdade que também nas suas imperfeições e nos seus avanços ela não foi vivida completamente pelo povo brasileiro. Há dezenas de artigos que sequer foram regulamentados e o Congresso que não os regulamentou é o mesmo que quer revisar a Constituição. Por isso eu tomo como base a intervenção inicial, que se deteve na questão da construção da cidadania no município, para afirmar que a revisão constitucional é uma questão da cidadania; não pode ser tomada de surpresa, nem imposta de afogadilho para realizar um trabalho tão sério para aperfeiçoar o que a cidadania ainda não conhece, não viveu e não sentiu.

Por isso, o PT tem a posição de que a revisão constitucional deve dar-se num processo de ampla discussão que pode e deve passar pelas eleições presidenciais e parlamentares do ano que vem. O Congresso revisional a ser eleito em 1994 terá que disputar na sociedade visões sobre a Constituição: isto é, um debate nacional a respeito do que deve ser revisado, qual é o

papel e o tamanho do Estado? Sobre a agenda que o senador Mário Covas colocou bem aqui, cujos pontos principais não encontram discordâncias no campo democrático e popular, penso que é uma boa provocação e que há a necessidade enorme de que ela ultrapasse os espaços políticos em que tem se dado. Penso ainda que não se dê num prazo tão curto, próximo de uma eleição presidencial. Ou melhor, não só presidencial, é uma eleição casada de alto a baixo em todo o país.

Não vamos vender ilusões aqui: uma maioria do congresso já coloca como fato dado a revisão constitucional a partir de outubro. Mas ainda tem coisas sérias não definidas. Quem vai dirigir o Congresso revisional: o presidente da Câmara, o presidente do Congresso, o presidente do Senado? Há uma disputa aí. Há também uma disputa em torno do regimento interno do Congresso revisor no seu regimento interno. Nós temos de ter claro que há um movimento ligado aos setores que na Constituinte procuraram impedir avanços, e que quererão reduzi-los na revisão. Um quorum muito facilitado favorecerá a que, em vez de se avançar, se retroceda. De modo que acho que a revisão exige uma provocação muito mais vasta e aprofundada da cidadania, nos seus mais diferentes pontos e funções na sociedade, de forma a participar séria e conscientemente. Não acredito que tal participação possa ocorrer no prazo que estabelece uma revisão constitucional a partir de outubro.

A estabilidade do funcionalismo público está ligada ao tipo de Estado que queremos. Num Estado sob o controle da cidadania, que não seja o aparelho eventual deste ou daquele partido num país onde os partidos sejam efetivamente partidos e não balcões de negócios, neste Estado que todos nós queremos a estabilidade poderia ser uma questão passageira, secundária e mesmo dispensável. O Estado sob controle do cidadão, com uma máquina pública independente da alternância dos partidos, sem dúvida

dispensaria a estabilidade. no emprego. Mas não é o Estado que temos e, em razão da composição de forças, entendo que não vamos consegui-lo. É ilusão pensar que teremos o Estado ideal; vamos ter o Estado que pudermos construir, solidário e conscientemente com a cidadania despertada.

Nós nos penitenciamos, eu particularmente, pois votamos na estabilidade na Constituinte de forma não bem definida. Se estivéssemos diante dessa situação hoje, iríamos tornar mais precisa o que é a estabilidade de modo a não criar uma forma que hoje é discutível. Na verdade, ainda é uma solução melhor do que não tê-la, porque o Estado que temos não pode dispensá-la. Caso contrário, o partido vencedor chega lá, renova todo o quadro funcional e a máquina não funciona. Eu acho que estamos longe desse Estado funcionar bem. Ele tem que ter resposta ágeis e competentes para a sociedade. Ele tem que estar sob o controle da sociedade.

Nós temos que ter um Estado desprivatizado. A desprivatização da máquina pública vai fazê-la funcionar no interesse público. O Estado atual, na sua função pública federal, estadual e municipal, não raro tem uma cultura de servir o interesse privado, às vezes dos seus governantes e familiares, dos financiadores de campanha. É fundamental desprivatizar a máquina pública, para que ela realmente sirva o interesse público, coletivo, solidário. De outro lado, é fundamental desestatizar a sociedade. O Estado não pode ser uma carga, um fardo sobre as costas do cidadão a acachapá-lo, a inibi-lo na sua criatividade e na sua iniciativa. Aspiramos a um Estado controlado pelo cidadão, no lugar do Estado controlando o cidadão. De modo que é fundamental a construção da cidadania e a definição do Estado no meio dessas duas balizas: a desprivatização da máquina pública e a desestatização da sociedade.

Professor Eliézer Rizzo de Oliveira: Apresentarei algumas perguntas ao senador Mário Covas. Da parte de **Antonio Francisco:** as universidades não estariam preparando os alunos apenas para ganhar dinheiro? Uma pessoa que não se identifica pergunta porque caiu muito a educação no Brasil, se não estaria faltando verba para a educação. Essa é da primeira parte, sobre educação. **Eliézer Mariano da Cunha,** presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, pergunta se o senhor é favorável à privatização da Cosipa. E **Silvio José Marques,** do Sindicato dos Petroleiros, pergunta se é favorável à manutenção dos monopólios, principalmente o monopólio estatal do petróleo. Se o senhor é favorável privatização do sistema Petrobrás.

Senador Mário Covas: É possível que falte dinheiro para a educação como a saúde e o transporte. A educação até que foi razoavelmente contemplada, na Constituição. Determinou-se que 25% da arrecadação de cada Estado e de cada município e 18% da receita federal seriam necessariamente aplicados em educação.⁵ No Estado de São Paulo é 30%, porque a Constituição determinou assim. Nós temos que nos penitenciar é do mal gasto do dinheiro, antes de nos penitenciar do pouco dinheiro que empregamos. Talvez ainda seja a área onde ainda se faz um razoável investimento. Qualquer país sério no mundo investe pelo menos 8% do PIB em saúde, ao passo que nós não investimos mais que 2%. E tanto a saúde como a educação são essencialmente públicas no Brasil.

A pergunta englobava a idéia de que há gente que ganha dinheiro com a educação, não é isso? Que faz da universidade ou da faculdade um instrumento para ganhar dinheiro? Sem dúvida que

⁵ O artigo 212 da Constituição federal determina: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (Nota do Editor).

há. Isso significa que se deva cobrar pelo ensino universitário público? Não necessariamente. Quando fui estudante na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, quem entrava na escola pública de nível superior vinha da escola pública de primeiro e segundo grau. Hoje, a seleção se dá no primeiro e segundo graus onde a criança é selecionada economicamente. Quando ela chega no nível superior, vinda da escola pública, ou vai pagar estas festanças transformadas em escolas ou fará o seu curso noturno, em geral de má qualidade, trabalhando de dia. A escola pública fica para aqueles que fizeram ensino privado de primeiro e segundo grau.

Então, não temos que discutir se tem de cobrar ou não no ensino público. O que devemos discutir é como fazer o pobre chegar à escola superior pública. Pois o ensino superior público também é um mecanismo de distribuição de renda, e de riqueza, apontando para a melhoria da qualidade de vida.

O mesmo vale para a discussão entre privatização e estatização. Eu nunca entendi porque, ao invés de discutirmos o papel da empresa, debatemos o dono da empresa. O sucesso do Japão está no fato de que a empresa tem um significado diferente do que tem aqui para o dono, para o trabalhador e para o Estado. Se bem feita e cumprindo a sua função social, a empresa é a galinha dos ovos de ouro. Ela precisa existir para ocorrer o progresso em qualquer regime.

Nós precisamos distinguir o público do estatal. Eu não privatizaria jamais a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo de São Paulo. A privatização é um desastre, quando houver uma greve, o empresário de transporte coletivo irá ao poder público e, enquanto ele não obtiver a tarifa desejada, a greve continuará e a prefeitura não terá sequer um instrumento de competição. A forma que vigorava com 30% dos serviços feitos pela

empresa pública era boa. Falo à vontade porque não fui eu quem fez o contrato, foi o prefeito Olavo Setúbal. Quando os empresários de ônibus me disseram: "ou o Sr. dá a tarifa ou nós tiramos 20% da frota", aquele contrato permitiu-me intervir nas empresas através da CMTC, dirigindo as empresas e operando com os seus ônibus.

Essa discussão toda de privatização e estatização é uma discussão errada. É uma besteira dizer que tudo que é estatal é bom, ou dizer que tudo que é estatal não presta. A solução e o sucesso nascem do fato da empresa estatal operar enquanto empresa em regime de concorrência. Ou até mesmo em regime de monopólio, mas obedecendo a certas regras de concorrência. Eu não posso defender um regime estatal que obriga todo o povo a dar dinheiro para sustentar o prejuízo das empresas estatais. Há várias maneiras de privatizar. E essa é uma discussão até um pouco ociosa hoje. Isso é assunto que o Congresso já votou lá trás. Não se discute mais se vai ou não vai. A minha Cosipa que é lá na minha base, lá na minha origem, a Cosipa deve hoje US\$ 1.800 milhões de dólares. Sabe quem está pedindo a sua privatização? Os seus empregados. Porque se não for privatizada e o Estado não tem dinheiro para aplicar nela, ela vai para o brejo, levando todo mundo junto. O problema é fazer a empresa funcionar, a empresa pública com muito mais razão. Eu cansei de brigar com o meu pessoal que estava na CMTC dizendo para eles: "se nós tivermos uma empresa pública ela tem de ser melhor que a privada. Ela tem de operar melhor do que a outra, mesmo que não seja mais barato. Não está mais em discussão se a Cosipa vai ser privatizada. Ela será privatizada. Se não for, será um desastre. Não se pode negar que a iniciativa privada tem mais capacidade financeira do que o Estado. Vou votar pela permanência do monopólio do petróleo pela simples razão de que está revestido de um simbolismo digno ser mantido. Não vou votar pela manutenção do monopólio das telecomunicações. Não vejo porque São Paulo ter esperado até

agora para ter o telefone celular. O Estado precisa ter comando, vontade política, cordéis democráticos, subordinação à vontade popular. E é preciso separar de vez o conceito do que é público do conceito do que é Estatal. Transporte coletivo vai continuar sendo uma coisa pública, ela pode até ser realizada por uma empresa particular, mas o conceito do público prevalece sobre o conceito do privado.

Finalmente, não sou favorável à privatização do sistema Petrobrás, embora não considere sequer o petróleo um material estratégico como já foi no passado. Simplesmente vou manter o monopólio porque isso tem um simbolismo em relação ao desenvolvimento do país. Mas não acho que essa coisa seja fundamental para o crescimento brasileiro. É preciso impedir que a empresa se torne de tal maneira gigantesca que, quando estiver em jogo o seu interesse e o interesse do país, acabe prevalecendo o interesse dela, da empresa. Enfim, a minha posição é essa. Eu não estou traduzindo posições do meu partido, que tem uma comissão que se dedica a estes temas.

Professor Eliézer Rizzo de Oliveira: Ao ex-prefeito Olívio Dutra foram encaminhadas duas questões. A primeira: "O sr. é favorável à manutenção do monopólio estatal do petróleo? Qual a sua opinião sobre o processo de privatização do governo Itamar?". A segunda: "Considerando que nem todos os administradores municipais valorizam a participação popular no planejamento municipal - ou seja, o planejamento participativo - qual é a sua opinião no que diz respeito a assegurar constitucionalmente a efetivação desse planejamento participativo, garantindo autonomia financeira, técnica e administrativa aos conselhos de participação popular?"

Dr. Olívio Dutra: Concordo com o senador Mário Covas quanto à necessidade de não confundirmos o conceito de estatal com o

conceito de público. O que é estatal nem sempre é público. As empresas e serviços públicos têm que ter uma direção pública, um controle público; devem servir ao público conforme políticas definidas pelo setor público num Estado por sua vez submetido ao controle do cidadão. Há muitas empresas estatais que, em vez de serem privatizadas, devem ser democratizadas: são estatais sem serem públicas. A simples transferência para a iniciativa privada não vai resolver a sua função e a sua inserção numa política global de responsabilidade do Estado.

O Estado brasileiro não pode ser inchado, elefante-branco, autoritário, pesado. Mas o Estado brasileiro tem um débito enorme com milhares de pessoas; assim não pode atirar para cima a sua responsabilidade. Ele precisa ser eficiente e responsável. Eu digo que a própria Petrobrás tem que ser democratizada. Não se admite que o preço de petróleo caia lá fora e aumente duas vezes por mês no Brasil. Qual o controle que a sociedade brasileira efetivamente tem sobre a Petrobrás? É preciso antes democratizá-la do que privatizá-la.

A questão da participação popular. A experiência vivida em Porto Alegre sobre a institucionalização da participação é um rica. O processo do orçamento já estava em andamento e foi levado para dentro da Lei Orgânica Municipal. O movimento popular comunitário discutiu se deveria ou não transformar em lei a estrutura da participação popular. Nós dos partidos que compunham o governo entendíamos que não tínhamos que empalmar essa proposta e o Executivo encaminhar ao Legislativo projeto de lei de institucionalização do conselho do orçamento participativo. O movimento então teve como sua a tarefa de elaborar a lei através de iniciativa popular, a qual está em andamento.

O orçamento da União e dos Estados é coisa mais complexa, havendo dificuldades enormes para estabelecer-se uma relação

direta para discuti-lo com o cidadão. Em todo caso, precisamos desenvolver formas que possibilitem a discussão do orçamento público federal, libertando-o do toma-lá-da-cá entre Executivo e Legislativo. É fundamental a intervenção mais rica da sociedade na discussão do orçamento, buscando detectar se o Estado não está gastando mal o dinheiro, se não está fazendo concessões descabidas e com isso prejudicando a política pública global.

No município, há condições de se fazer numa relação mais direta da população com o orçamento. Assim mesmo, não há uma regra que caiba para todos os municípios, pois as realidades são diferenciadas no tocante à cultura, à história à formação de cada qual. Se nós queremos um Estado efetivamente democrático, não se pode considerar que o orçamento seja uma peça para os entendidos e não para a população conhecer e construir junto. Há que se desmontar estas caixas-pretas, encontrando formas de o orçamento público ser discutido com a cidadania.